



São Paulo, 30 de março de 2014.

Prezados senhores,

O Conselho de Administração da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Ferreira Gomes" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2014 ("Assembleia"), nos termos a seguir expostos:

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

I - TOMADA DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAME, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2013, BEM COMO DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

O Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos ocorridos na Companhia e as Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram aprovados pela Diretoria da Companhia e auditados pelos auditores da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.A. ("Auditor Independente"), e, juntamente com o Parecer do Auditor Independente, de acordo com o previsto no artigo 133, incisos I, II e III da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no seu *website* (www.ferreiragomesenergia.com.br), bem como no *website* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

II - COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Encontra-se anexo à presente Proposta da Administração (Anexo I), o Relatório da Administração contendo os Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, que correspondem ao item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07



de dezembro de 2009, e também encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no seu *website* (www.ferreiragomesenergia.com.br), bem como no *website* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

III - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2013 E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A Companhia está em fase pré-operacional e não obteve lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, restando prejudicada a deliberação sobre destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

IV – REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

A remuneração global da Diretoria é proposta em até R\$ 1.349.837,89 (um milhão, trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e sete reais e oitenta e nove centavos).

Cabe ressaltar que o montante de R\$ 1.349.837,89 (um milhão, trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e sete reais e oitenta e nove centavos) se constitui como uma estimativa do valor máximo que pode vir a ser pago à Diretoria da Companhia.

Em atendimento às disposições do artigo 12 da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009 e que englobam o item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, as informações relacionadas à remuneração da administração se encontram dispostas no Anexo IV da presente Proposta da Administração, bem como encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, no seu *website* (www.ferreiragomesenergia.com.br) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).



EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

I – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO ANO 2013 (ratificação dos valores orçados x realizados).

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é proposta no ano de 2013 foi de até R\$ 1.288.800,00 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais), dos quais R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) destinavam-se aos honorários do Conselho de Administração e R\$ 1.228.800,00 (um milhão, duzentos e vinte e oito mil e oitocentos reais) destinavam-se à remuneração da Diretoria.

Cabe ressaltar que o montante de R\$ 1.228.800,00 (um milhão, duzentos e vinte e oito mil e oitocentos reais) constitui-se como uma estimativa do valor máximo que poderia vir a ser pago à Diretoria da Companhia. Em função dos cálculos de bônus que foram pagos durante o ano de 2013, esse valor excedeu no limite de R\$ 9.417,25 (nove mil, quatrocentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos).

Como no mesmo período a companhia não contratou o conselho de administração de forma não remunerada, a Companhia não incorreu na remuneração prevista no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Ficando no seu global dentro do orçamento previsto R\$1.238.217,25 (um milhão, duzentos e trinta e oito mil, duzentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos), frente a uma proposta estimada de R\$ 1.288.800,00(um milhão duzentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais).



Cordialmente,

José Luiz de Godoy Pereira
Presidente do Conselho de Administração



ANEXO I

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS MOLDES DO ITEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009

10.1. – Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia ainda está em fase pré-operacional e tem se capitalizado tanto por meio de aporte de recursos realizado por seu acionista, quanto por meio de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures para obter os recursos necessários à construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

Os diretores comentam que a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros, para a conclusão da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, a Companhia apresentava uma situação de capital circulante líquido negativo, sendo que a liquidação de seus passivos de curto prazo dependerão de aporte de recursos por parte de seu acionista e/ou captação de recursos de terceiros. Os diretores da Companhia entendem que, quando for necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos da Companhia, esta terá capacidade para contratá-los. Dentre as opções que poderão ser utilizadas pela Diretoria, estão contratos financeiros a serem celebrados junto a bancos comerciais, governamentais e/ou agências multilaterais, assim como a captação de recursos via mercado de capitais, por meio da emissão de dívida. Atualmente, a Companhia utiliza as fontes de financiamento descritas nos itens 10.1.f deste Formulário de Referência.



Até o presente momento, os diretores da Companhia informam que todas as obrigações contratuais decorrentes do Contrato de Concessão e solicitações efetuadas pela ANEEL foram devidamente cumpridas, não tendo, portanto, conhecimento de qualquer notificação de aplicação de multa sobre descumprimento de cláusula do Contrato de Concessão.

Os diretores afirmam que, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, a liquidez geral da Companhia foi de 0,03, 0,05 e 0,23 respectivamente.

Adicionalmente, os diretores comentam que, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, o índice de endividamento da Companhia era de 3,03, 3,89 e 1,99, respectivamente, conforme apresentado na tabela abaixo.

(Em milhares de reais)



	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Ativo circulante	27.160	29.781	53.300
Ativo realizável a longo prazo	960	461	222
Passivo circulante	204.816	345.755	74.819
Passivo não circulante	<u>741.678</u>	<u>245.251</u>	<u>158.669</u>
Índice de liquidez geral	<u>0,03</u>	<u>0,05</u>	<u>0,23</u>
Passivo circulante	204.816	345.755	74.819
Passivo não circulante	741.678	245.251	158.669
Patrimônio líquido	<u>311.998</u>	<u>152.022</u>	<u>117.555</u>
Índice de endividamento	<u>3,03</u>	<u>3,89</u>	<u>1,99</u>

O índice de endividamento representa o total do passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido. O passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2013, inclui R\$ 262.000 mil de Adiantamento para Aumentos de Capital (“AFAC”), sendo que, em 31 de dezembro de 2012, totalizava R\$16.000 mil.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Os diretores entendem que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com a prática de mercado.

A relação de dívida líquida sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013, 2012 e em 2011 está abaixo apresentada:



	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Índice de dívida bancária líquida	<u>1,90</u>	<u>3,23</u>	<u>1,43</u>

Para calcular o índice de dívida bancária líquida, a Companhia considerou o total das dívidas financeiras (representadas por empréstimos, financiamentos e debêntures, circulante e não circulante) e subtraindo o caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo dividido pelo patrimônio líquido.

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras ou no mercado de capitais por meio de emissão de dívida, conforme abaixo:

(em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Passivo total	946.494	591.006	233.488
Patrimônio líquido	<u>311.998</u>	<u>152.022</u>	<u>117.555</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.258.492	743.028	351.043
Capital Próprio	24,79%	20,46%	33,49%
Capital de Terceiros	75,21%	79,54%	66,51%

Maiores detalhes sobre os financiamentos celebrados pela Companhia podem ser obtidos no item 10.1.f deste Formulário de Referência.



Com relação à possibilidade de resgate de ações, não existe intenção para realização de tal evento.

i. hipóteses de resgate

Não há possibilidade de resgate de ações.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possuirá geração de caixa na fase operacional e liquidez de recursos de capital suficiente para cobrir as despesas a serem pagas nos próximos anos, embora não possa prever que tal situação permanecerá igual. Com relação ao pagamento de dívidas relacionadas à implementação do plano de negócios da Companhia e a investimentos planejados, a Diretoria entende que poderá ser necessário recorrer a recursos adicionais de acionistas ou terceiros, conforme já mencionado no item 10.1.a deste Formulário de Referência.

A Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montantes significativos para a conclusão da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser compensados pelas receitas de operações futuras.

d) fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes utilizadas



Os diretores esclarecem que as fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia estavam dispostas da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Capital Próprio	24,79%	20,46%	33,49%
Capital de Terceiros	75,21%	79,54%	66,51%

As principais fontes de financiamento para investimento em ativos não circulantes da Ferreira Gomes Energia até a presente data foram: cédulas de crédito bancário (CCB), debêntures, financiamentos do BNDES e recursos dos acionistas, por meio de adiantamentos de futuro de capital. As fontes de financiamento atualmente utilizadas estão descritas no item (f) abaixo.

Os diretores declaram que os recursos dos financiamentos concedidos à Companhia têm sido usados para financiar a implantação do empreendimento.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente, os diretores entendem que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes, no caixa e equivalentes de caixa, para honrar suas obrigações de curto prazo, tais como seus contratos de fornecimento. Para implementação de seu plano de negócios e investimentos planejados, por sua vez, os diretores da Companhia acreditam que será necessário recorrer a recursos adicionais dos acionistas ou de terceiros.



Os diretores comentam que, para os investimentos em ativos não circulantes, além dos futuros aportes de capital e financiamentos que estão planejados, a Companhia poderá vir a emitir debêntures nos termos da aprovação do Ministério de Minas e Energia (Portaria nº 559, de 3 de outubro de 2012), que enquadrou o projeto de emissão das debêntures como prioritário, para fins do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Os prazos dos financiamentos, empréstimos ou títulos que vierem a ser emitidos não de ser compatíveis com o cronograma de construção dos projetos de geração de energia da Companhia, da mesma forma que o custo tem que ser adequado ao fluxo de caixa dos projetos.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures era de R\$619,8 milhões, líquido do custo de captação no montante de R\$3,6 milhões. Os diretores entendem que os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas correspondem aos recursos captados pela Companhia e estão assim distribuídos:

(Em milhares de reais)



	31/12/2013			31/12/2012			31/12/2011		
	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Passivo circulante - moeda nacional									
Banco Sumitomo	-	-	-	29.400	366	29.766	29.400	270	29.670
Banco Santander	-	-	-	-	-	-	40.000	100	40.100
BNDES	-	-	-	110.680	1554	112.234	-	-	-
1º emissão de Debêntures	-	-	-	150.000	16482	166.482	-	-	-
2º emissão de Debêntures	147.000	19.312	166.312	-	-	-	-	-	-
(-) Custo de captação	(418)	-	(418)	(1.005)	-	(1.005)	(512)	-	(512)
Total	146.582	19.312	165.894	289.075	18.402	307.477	68.888	370	69.258
Passivo não circulante - moeda nacional									
BNDES - Subcrédito A	205.257	3.133	208.390	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito B	81.239	1.240	82.479	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito C	4.131	63	4.194	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito D	161.337	660	161.997	-	-	-	-	-	-
1º emissão de Debêntures	-	-	-	-	-	-	150.000	1.785	151.785
2º emissão de Debêntures	-	-	-	200.000	13.538	213.538	-	-	-
(-) Custo de captação	(3.169)	-	(3.169)	(848)	-	(848)	(486)	-	(486)
Total	448.795	5.096	453.891	199.152	13.538	212.690	149.514	1.785	151.299

Os diretores apresentam abaixo um breve descritivo sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2013:

2ª Emissão de Debêntures: Em maio de 2012 foi efetuada a emissão de R\$200 milhões em debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, da Companhia, mediante a emissão, no mercado local, de 20.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10 mil, atualizado pelo IPCA, com juros remuneratórios equivalentes a 5,95% ao ano, e com vencimento em 30 de maio de 2014. A escritura de emissão prevê que a remuneração deve ser paga anualmente, em 30 de maio de 2013 e 30 de maio de 2014, e que a amortização do valor principal deve ser pago na data de vencimento das debêntures. As principais hipóteses de vencimento antecipado e restrições previstas na escritura de emissão estão descritas no item 10.1 (f) (iv) abaixo e todas as hipóteses de vencimento antecipado estão descritas no item 18.10 deste Formulário de Referência. A escritura de debêntures foi alterada em 6 de novembro de 2012, por meio de assembleia geral de debenturistas, para realizar ajuste em uma das



cláusulas restritivas (“*covenants*”) referente à relação entre a distribuição de dividendos e o lucro líquido da Companhia. Os *covenants* são apurados com base nas informações financeiras da fiadora (Alupar Investimento S.A.) A fiadora da Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado para cumprimento dos índices (*covenants*) previstos no contrato. Em 31 de dezembro de 2013, estes índices foram atendidos. Em 16 de abril de 2013, a Companhia realizou um resgate antecipado parcial no valor de R\$ 53 milhões.

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: a Companhia celebrou o Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito nº 12.2.1390.1 com o BNDES em 28 de dezembro de 2012 ("Contrato BNDES nº 12.2.1390.1"), no valor total de R\$ 470,6 milhões, sendo que nos dias 15 de abril de 2013, 25 de junho de 2013 e 16 de dezembro de 2013 houve a liberação parcial de R\$ 336 milhões, R\$ 59,3 milhões R\$ 45,6 milhões e respectivamente, sendo que o restante será liberado futuramente. Os encargos podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C); 2,50% ao ano (referente ao subcrédito D,); TJLP (referente ao subcrédito E, no valor de), com vencimentos em 15 de abril de 2031 (referente aos subcréditos A, B, C e E) e em 15 de dezembro de 2022 para o subcrédito D. Os juros apurados serão incorporados trimestralmente ao principal nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015. O saldo dos empréstimos com o BNDES, líquido dos custos de captação, em 31 de dezembro em 2013 era de R\$ 453,9 milhões.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores afirmam que não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras além das descritas acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A 2ª Emissão de Debêntures da Companhia é garantida por fiança de sua controladora, a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), e a dívida contraída com o BNDES está garantida por um conjunto de garantias reais, prestadas tanto pela Companhia, quanto pela Alupar.

iv. eventuais restrições impostas ao Emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

2ª Emissão de Debêntures: a escritura de emissão impôs as restrições previstas nas respectivas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, que são as usuais de mercado para esse tipo de operação, tais como: situações de insolvência (falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação, dissolução ou extinção) da Companhia ou da Alupar Investimento S.A., na qualidade de fiadora (“Alupar”), descumprimento de obrigações pecuniárias relacionadas às debêntures, declaração de vencimento antecipado de qualquer outra dívida financeira ou acordo da Companhia ou da Alupar em valor superior a R\$ 5 milhões, não cumprimento pela Companhia ou pela Alupar de sentença judicial transitada em julgado em valor superior a R\$ 5 milhões e redução do capital da Companhia ou da Alupar, sem que seja aprovado previamente por debenturistas representando 90% das debêntures em circulação.

Além de algumas obrigações, tais como não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas. As debêntures possuem *covenants* a serem apurados com base nas informações financeiras individuais e consolidadas da Alupar. A Alupar monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado para cumprimento dos *covenants* previstos na escritura de emissão. Em 31 de dezembro de 2013, estes índices foram atendidos. Todas as hipóteses de vencimento antecipado e *covenants* previstas na escritura de emissão estão descritas no item 18.10 deste Formulário de Referência.

Contrato BNDES nº 12.2.1390.1: há restrições impostas à Companhia com relação à redução do quadro de pessoal e a inclusão de dispositivo no estatuto social da Companhia pelo qual seja exigido quorum especial para aprovação ou deliberação de matérias que limitem ou cerceiem o controle da Companhia por seus controladores. Ainda, a Companhia está obrigada a observar as Disposições Aplicáveis aos Contratos do



BNDES (Resolução 665/87) e as Normas e Instruções de Acompanhamento (Resolução 660/87), que podem ser encontradas no *website* do BNDES, e deve obedecer às restrições nelas contidas, conforme aplicável.

Os diretores entendem que conforme concurso universal de credores em hipótese de falência os créditos serão liquidados por ordem de prioridade, obedecendo a seguinte ordem: os direitos trabalhistas dos funcionários (limitados a 150 salários mínimos por credor, e decorrentes de acidentes de trabalho), créditos tributários, recursos captados de terceiros e fornecedores, respectivamente.

As informações sobre os níveis de endividamento estão demonstradas no item 3.7 do Formulário de Referência.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os diretores declaram que todos os recursos obtidos por meio dos financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista e respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Ainda, os diretores afirmam que os recursos obtidos por meio da 2ª Emissão de Debêntures foram integralmente utilizados pela Companhia, nos termos da respectiva escritura de emissão, enquanto que em relação aos recursos oriundos do Contrato BNDES nº 12.2.1390.1, aproximadamente 94% (noventa e quatro por cento) do valor total já foi liberado à Companhia.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os comentários dos Diretores sobre as alterações significativas verificadas entre os balanços patrimoniais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, descrevendo as principais variações ocorridas nas contas significativas dos balanços patrimoniais da Companhia nestas datas. Os comentários dos diretores não contemplam as variações e contas não significativas.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2013	AV	31/12/2012	AV	AH	31/12/2011	AV	AH
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	26.078	2,1%	86	0,0%	30223,3%	541	0,2%	-84,1%
Investimentos de curto prazo	-	0,0%	28.731	3,9%	-100,0%	52.402	14,9%	-45,2%
Despesas pagas antecipadamente	31	0,0%	100	0,0%	-69,0%	55	0,0%	81,8%
Tributos e contribuições sociais a compensar	1.051	0,1%	864	0,1%	21,6%	302	0,1%	186,1%
	<u>27.160</u>	<u>2,2%</u>	<u>29.781</u>	<u>4,0%</u>	<u>-8,8%</u>	<u>53.300</u>	<u>15,2%</u>	<u>-44,1%</u>
Não circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	960	0,1%	461	0,1%	108,2%	222	0,1%	107,7%
Imobilizado	1.219.838	96,9%	703.807	94,7%	73,3%	289.809	82,6%	142,9%
Intangível	10.534	0,8%	8.979	1,2%	17,3%	7.712	2,2%	16,4%
	<u>1.231.332</u>	<u>97,8%</u>	<u>713.247</u>	<u>96,0%</u>	<u>72,6%</u>	<u>297.743</u>	<u>84,8%</u>	<u>139,6%</u>
Total do ativo	<u>1.258.492</u>	<u>100,0%</u>	<u>743.028</u>	<u>100,0%</u>	<u>69,4%</u>	<u>351.043</u>	<u>100,0%</u>	<u>111,7%</u>
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	21.331	1,7%	11.856	1,6%	79,9%	3.304	0,9%	258,8%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	165.894	13,2%	307.477	41,4%	-46,0%	69.258	19,7%	344,0%
Salários e férias a pagar	1.366	0,1%	1.153	0,2%	18,5%	944	0,3%	22,1%
Tributos e contribuições sociais a recolher	3.861	0,3%	3.047	0,4%	26,7%	1.308	0,4%	133,0%
Provisões para gastos ambientais	12.364	1,0%	22.222	3,0%	-44,4%	-	0,0%	0,0%
Credores diversos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	5	0,0%	-100,0%
	<u>204.816</u>	<u>16,3%</u>	<u>345.755</u>	<u>46,5%</u>	<u>-40,8%</u>	<u>74.819</u>	<u>21,3%</u>	<u>362,1%</u>
Não circulante								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	453.891	36,1%	212.690	28,6%	113,4%	151.299	43,1%	40,6%
Adiantamento para futuro aumento de capital	262.000	20,8%	16.000	2,2%	1537,5%	-	0,0%	0,0%
Provisões para contingências	79	0,0%	439	0,1%	-82,0%	-	0,0%	0,0%
Provisão para gastos ambientais	12.364	1,0%	4.245	0,6%	191,3%	-	0,0%	0,0%
Uso do bem público	9.965	0,8%	8.498	1,1%	17,3%	7.370	2,1%	15,3%
Partes relacionadas	3.379	0,3%	3.379	0,5%	0,0%	-	0,0%	0,0%
	<u>741.678</u>	<u>58,9%</u>	<u>245.251</u>	<u>33,0%</u>	<u>202,4%</u>	<u>158.669</u>	<u>45,2%</u>	<u>54,6%</u>
Patrimônio líquido								
Capital social	314.081	25,0%	153.081	20,6%	105,2%	118.081	33,6%	29,6%
Prejuízos acumulados	(2.083)	-0,2%	(1.059)	-0,1%	96,7%	(526)	-0,1%	101,3%
	<u>311.998</u>	<u>24,8%</u>	<u>152.022</u>	<u>20,5%</u>	<u>105,2%</u>	<u>117.555</u>	<u>33,5%</u>	<u>29,3%</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>1.258.492</u>	<u>100,0%</u>	<u>743.028</u>	<u>100,0%</u>	<u>69,4%</u>	<u>351.043</u>	<u>100,0%</u>	<u>111,7%</u>

	31/12/2013	AV	31/12/2012	AV	2013 VS 2012 AH	31/12/2011	AV	2012 VS 2011 AH
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	26.078	2,1%	86	0,0%	30223,3%	541	0,2%	-84,1%
Investimentos de curto prazo	-	0,0%	28.731	3,9%	-100,0%	52.402	14,9%	-45,2%
Despesas pagas antecipadamente	31	0,0%	100	0,0%	-69,0%	55	0,0%	81,8%
Tributos e contribuições sociais a compensar	1.051	0,1%	864	0,1%	21,6%	302	0,1%	186,1%
	27.160	2,2%	29.781	4,0%	-8,8%	53.300	15,2%	-44,1%
Não circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	960	0,1%	461	0,1%	108,2%	222	0,1%	107,7%
Imobilizado	1.219.838	96,9%	703.807	94,7%	73,3%	289.809	82,6%	142,9%
Intangível	10.534	0,8%	8.979	1,2%	17,3%	7.712	2,2%	16,4%
	1.231.332	97,8%	713.247	96,0%	72,6%	297.743	84,8%	139,6%
Total do ativo	1.258.492	100,0%	743.028	100,0%	69,4%	351.043	100,0%	111,7%
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	21.331	1,7%	11.856	1,6%	79,9%	3.304	0,9%	258,8%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	165.894	13,2%	307.477	41,4%	-46,0%	69.258	19,7%	344,0%
Salários e férias a pagar	1.366	0,1%	1.153	0,2%	18,5%	944	0,3%	22,1%
Tributos e contribuições sociais a recolher	3.861	0,3%	3.047	0,4%	26,7%	1.308	0,4%	133,0%
Provisões para gastos ambientais	12.364	1,0%	22.222	3,0%	-44,4%	-	0,0%	0,0%
Credores diversos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	5	0,0%	-100,0%
	204.816	16,3%	345.755	46,5%	-40,8%	74.819	21,3%	362,1%
Não circulante								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	453.891	36,1%	212.690	28,6%	113,4%	151.299	43,1%	40,6%
Adiantamento para futuro aumento de capital	262.000	20,8%	16.000	2,2%	1537,5%	-	0,0%	0,0%
Provisões para contingências	79	0,0%	439	0,1%	-82,0%	-	0,0%	0,0%
Provisão para gastos ambientais	12.364	1,0%	4.245	0,6%	191,3%	-	0,0%	0,0%
Uso do bem público	9.965	0,8%	8.498	1,1%	17,3%	7.370	2,1%	15,3%
Partes relacionadas	3.379	0,3%	3.379	0,5%	0,0%	-	0,0%	0,0%
	741.678	58,9%	245.251	33,0%	202,4%	158.669	45,2%	54,6%
Patrimônio líquido								
Capital social	314.081	25,0%	153.081	20,6%	105,2%	118.081	33,6%	29,6%
Prejuízos acumulados	(2.083)	-0,2%	(1.059)	-0,1%	96,7%	(526)	-0,1%	101,3%
	311.998	24,8%	152.022	20,5%	105,2%	117.555	33,5%	29,3%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.258.492	100,0%	743.028	100,0%	69,4%	351.043	100,0%	111,7%

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo



Em 31 de dezembro de 2013, houve redução de 9,5% quando comparado a 31 de dezembro de 2012, no saldo caixa equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A variação apresentada refere-se a utilização dos recursos para implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, que foram compensados pelo fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos, representados pela integralização de recursos do acionista controlador e de empréstimos captados, líquidos de pagamentos no período.

O saldo das contas de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 28,8 milhões e R\$ 52,9 milhões, respectivamente. Houve diminuição de R\$ 24,1 milhões, decorrentes de diversos resgates de investimentos de curto prazo efetuados em 2012, conforme a necessidade de caixa da Companhia.

Não circulante

Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo era de R\$ 1,0 milhão, apresentando um aumento de R\$0,5 milhão em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2012, decorrente do aumento dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição, pelo fato da Companhia encontrar-se em estado pré-operacional.

O saldo da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 0,5 milhão e R\$ 0,2 milhão, respectivamente havendo aumento de R\$0,3 milhão, decorrente do aumento dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição, pelo fato da Companhia encontrar-se em estado pré-operacional.

Imobilizado

O saldo da conta de imobilizado em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 1.219,8 milhões, apresentando um aumento de 73,3% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2012, decorrente da implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos do imobilizado eram de R\$ 703,8 milhões e R\$ 289,8 milhões, respectivamente. O aumento de R\$414,0 milhões é referente aos investimentos na construção e implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.



Intangível

O saldo da conta intangível em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 10,5 milhões e apresentou um aumento de R\$1,6 milhão em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento é decorrente principalmente das adições ao uso do bem público.

O saldo da conta intangível em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 9,0 milhões e R\$ 7,7 milhões, respectivamente. O aumento de R\$1,3 milhão é decorrente das adições no intangível realizados no ano de 2011 pelo reconhecimento contábil do Uso do Bem Público.

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo da conta fornecedores em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 21,3 milhões, o que representou aumento de R\$9,5 milhões em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento é decorrente dos gastos com fornecedores para a construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme o seu cronograma de implantação e construção.

O saldo da conta fornecedores em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 11,9 milhões e R\$ 3,3 milhões, respectivamente. Esse aumento de R\$8,6 milhões é decorrente dos gastos com fornecedores para a construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo da conta empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 165,9 milhões e apresentou uma redução de 46,0% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2012. Essa redução é decorrente, principalmente, da quitação de empréstimos de curto prazo com o Banco Sumitomo e o BNDES e da 1ª emissão de debêntures, que foi compensado parcialmente pela transferência da 2ª emissão de debêntures para o passivo circulante, em função do prazo de vencimento dessas debêntures.



Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures era de R\$ 307,5 milhões e R\$ 69,3 milhões, respectivamente. Esse aumento de R\$ 238,2 milhões foi devido ao volume de captação de financiamento de curto prazo celebrado junto ao BNDES, captado para investimento na Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, e a transferência para o curto prazo do saldo da 1ª emissão de debêntures.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos financiamentos e debêntures, não circulante, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro 2012 era de R\$ 453,9 milhões e R\$ 212,7 milhões, respectivamente. Esse aumento de R\$241,2 milhões é decorrente de captação do contrato de financiamento de abertura de crédito celebrado junto ao BNDES, como parte da estratégia de alongamento do perfil da dívida da Companhia e a transferência da 2ª emissão de debêntures para o curto prazo, em função do prazo de vencimento dessas debêntures.

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures, não circulante, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 212,7 milhões e R\$ 151,3 milhões, respectivamente. Esse aumento de R\$ 61,4 milhões é decorrente da captação da 2ª emissão de debêntures, que foi compensado parcialmente pela transferência para o passivo circulante do saldo da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

Patrimônio líquido

O saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 era de R\$ 312,0 milhões, R\$ 152,0 milhões e R\$ 117,6 milhões, respectivamente. As variações se deram, principalmente, devido aos aportes recebidos, e que foram integralizados ao capital social da Companhia, nos referidos exercícios.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2013	AV	31/12/2012	AV	2013 VS 2012 AH	31/12/2011	AV	2012 VS 2011 AH
Despesas operacionais								
Pessoal	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	(22)	3,3%	-100,0%
Material	(7)	0,5%	(9)	1,2%	-22,2%	(2)	0,3%	350,0%
Serviços de terceiros	(1.416)	93,0%	(642)	83,2%	120,6%	(443)	66,5%	44,9%
Depreciação e amortização	(80)	5,3%	(119)	15,4%	-32,8%	(107)	16,1%	11,2%
Outras despesas operacionais	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Resultado antes do resultado financeiro	(1.503)	98,7%	(770)	99,7%	95,2%	(574)	86,2%	34,1%
Resultado financeiro								
Despesas financeiras	(20)	1,3%	(2)	0,3%	900,0%	(92)	13,8%	-97,8%
	(20)	1,3%	(2)	0,3%	900,0%	(92)	13,8%	-97,8%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.523)	100,0%	(772)	100,0%	97,3%	(666)	100,0%	15,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	499	-32,8%	239	-31,0%	108,8%	202	-30,3%	18,3%
	499	-32,8%	239	-31,0%	108,8%	202	-30,3%	18,3%
Prejuízo do exercício	(1.024)	67,2%	(533)	69,0%	92,1%	(464)	69,7%	14,9%

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia está em fase pré-operacional e ainda não auferiu receita do seu contrato de geração de energia. As principais alterações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, são decorrentes, principalmente, das despesas com serviços de terceiros, que vem aumentando em função do cronograma de implantação e construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes; que foram compensadas parcialmente por créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	31/12/2013	AV	31/12/2012	AV	2013 VS 2012 AH	31/12/2011	AV	2012 VS 2011 AH
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(673)	-2,6%	(1.260)	276,9%	-46,6%	(575)	-304,2%	119,1%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(433.975)	-1669,6%	(313.943)	68998,5%	38,2%	(318.761)	-168656,6%	-1,5%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	460.640	1772,2%	314.748	-69175,4%	46,4%	319.525	169060,8%	-1,5%
Varição no caixa líquido da Companhia	25.992	100,0%	(455)	100,0%	-5812,5%	189	100,0%	-340,7%

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

Os diretores comentam que o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais estão em linha nos anos de 2013, 2012 e 2011, pois referem-se às despesas gerais e administrativas e devido ao período pré-operacional que a Companhia se encontra.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos

Os diretores entendem que o caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos nos anos de 2013, 2012 e 2011 é decorrente principalmente dos gastos para a implantação e construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

Os diretores entendem que o caixa líquido proveniente das atividades de financiamento nos anos de 2013, 2012 e 2011 é decorrente, principalmente, das captações de recursos de terceiros e devido aos aportes de capital da Controladora Alupar Investimento S.A., para financiar a implantação e construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

10.2: Os diretores devem comentar sobre:

a) resultados das operações do Emissor, em especial a descrição de quaisquer componentes importantes da receita, bem como quaisquer fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os diretores declaram que a Companhia foi constituída em 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica no Rio Araguari, Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá. Atualmente a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e prevê a entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora até 30/12/2014, a 2ª unidade geradora até 28/02/2015, e a 3ª unidade geradora até 30/04/2015. Diante deste fato, a Companhia ainda não gerou resultado proveniente das suas operações.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de cambio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Informação facultativa à categoria B.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do Emissor

Informação facultativa à categoria B.

10.3. – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras do Emissor e em seus resultados

a) introdução ou alienação de segmento operacional



Os diretores declaram que não houve introdução ou alienação de segmento operacional após a constituição da Emissora, em 10 de agosto de 2010.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os diretores declaram que a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados.

c) eventos ou operações não usuais

Os diretores declaram que não houve evento ou operação não usual não refletida nas demonstrações financeiras.

10.4. Os diretores devem comentar:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 não ocorreram mudanças nas práticas contábeis adotados pela Companhia para preparação de suas demonstrações contábeis.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 as demonstrações contábeis da Companhia não tiveram efeitos significativos em função de alterações nas práticas contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nós, os diretores, informamos que o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, apresentam ênfase relacionada as quantias significativas que a Companhia vem despendendo em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montantes significativos, para a conclusão de sua Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

10.5. – Políticas contábeis críticas

Item não aplicável, tendo em vista que o Emissor é registrado na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

10.6 – Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os diretores declaram que a Companhia possui políticas de procedimentos e normas de controles internos formalmente estabelecidos, de forma a garantir que todo o processo de informações e transações que envolvam contratações ou movimentações financeiras sejam devidamente registradas e suportadas por documentações hábeis aprovadas em conjunto por dois membros de seu corpo diretivo.

Até o presente momento não detectamos deficiências significativas nos controles internos já estabelecidos para regimento das operações da Companhia.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os diretores declaram que no contexto da auditoria das nossas demonstrações financeiras, nossos auditores independentes consideraram nossos sistemas de controles internos no escopo previsto nas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, cujo objetivo está relacionado ao planejamento dos procedimentos de auditoria.

Nas comunicações efetuadas entre a Companhia e seus auditores independentes acerca da existência de deficiências de controles internos para a auditoria das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011 e 2010 não foram abordados

qualquer aspecto relevante, relativo a controles internos, que pudesse afetar de maneira significativa a adequação de nossas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.7 – Caso o Emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Item não aplicável, tendo em vista que o Emissor é registrado na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

10.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do Emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Os diretores declaram que todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados no balanço patrimonial. A Companhia possui, na qualidade de consumidora, contratos de compra e venda de produtos e serviços firmados que são registrados à medida que os produtos são recebidos ou os serviços são realizados. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores declaram que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.9 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do Emissor

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do Emissor em decorrência da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

10.10 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do Plano de Negócios do Emissor, explorando especificamente os seguintes pontos:

a) investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Ferreira Gomes Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) para construir e operar a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes (“UHE Ferreira Gomes” ou “Projeto”), cuja concessão foi ganha pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL em Julho de 2010. O Contrato de Concessão foi firmado em 09 de Novembro de 2010, com a Ferreira Gomes recebendo da União a outorga do direito de explorar o empreendimento por 35 anos.



Os diretores comentam que a UHE Ferreira Gomes possuirá capacidade instalada de 252,0 MW, energia assegurada de 150,2 MW e estará localizada no Rio Araguari, no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá.

Cumprindo com a sistemática do Leilão, a Alupar obteve a concessão da UHE Ferreira Gomes oferecendo um preço de energia de R\$ 69,78 / MWh, tendo por referência o mês de agosto de 2010, no Ambiente de Comercialização Regulado -ACR, o que representou um deságio de 15,93% em relação ao preço máximo de R\$ 83 / MWh estabelecido para o Leilão.

A Companhia celebrou contratos de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do Leilão, com início de fornecimento em 1º de janeiro de 2015 e 30 anos de duração. Os contratos foram assinados em 17 de maio de 2011 e 26 de abril de 2011.

A implantação da UHE Ferreira Gomes é conduzida a partir de uma Estrutura de Contratação Direta pela sociedade de propósito específico que fará o gerenciamento de riscos do Projeto.

A Licença Prévia Ambiental do Projeto n. 0040/10 foi emitida pela SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado (“SEMA”) do Amapá – e pelo IMAP – Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial (“IMAP”) em 9 de Abril de 2010. A Licença Prévia Ambiental da Linha de Transmissão n. 0150/12 foi emitida pela SEMA e pelo IMAP –em 17 de Maio de 2012.

No dia 28/09/2010 foi emitida a Licença de Instalação n. 0267/2010 destinada a implantação física do canteiro de obras e utilização das áreas de empréstimo. No dia 15/12/2010 foi emitida nova Licença de Instalação n.0278/2010 referente à atividade de implantação da ensecadeira de 1ª fase. Posteriormente, no dia 10/06/2011, o IMAP e a Sema emitiram a Licença de Instalação nº 056/2011 para a implantação da Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes. Em 09 de agosto de 2012 foi emitida uma nova Licença de Instalação, de nº 0487/2012, para a implementação da Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes. Essa licença traz uma série de condicionantes técnicas que devem ser atendidas para a emissão da Licença de Operação, que autorizará o início das atividades.

Entre as possíveis fontes de financiamento dos investimentos que serão realizados pelo Emissor para a implementação de seu plano de negócios, estão contratos financeiros que poderão ser celebrados junto a bancos comerciais, governamentais e/ou agências multilaterais, assim como a captação de recursos via mercado de capitais, por meio da emissão de valores mobiliários, tais como os representativos de dívida. Atualmente a Companhia utiliza as fontes de financiamento descritas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.



Adicionalmente, usina hidrelétrica compreendendo Tomada de Água e Casa de Força em estrutura compacta típica de baixa queda e demais estruturas associadas, equipada com três unidades geradoras com potência unitária de 84,0 MW (93,33 MVA) nos terminais de saída do gerador, perfazendo 252,0 MW (280,0 MVA) de potência instalada.

Estruturas de barramento com Vertedouro, Barragem Principal no leito do rio fechando sobre a ombreira direita e Barragem de Fechamento da ombreira esquerda.

Subestação Associada em 230 kV com dois módulos, sendo o primeiro para entrada das linhas curtas das três unidades geradoras, vão de interligação de barras e vão de saída da linha de transmissão, para conexão da linha atual de Ferreira Gomes até SE Macapá 230 kV, e um segundo módulo com as futuras entradas de linha, provenientes das Usinas de Cachoeira Caldeirão, Coaracy Nunes II e da própria Ferreira Gomes (módulo 1), vão de interligação e dois vãos de saída de linha (a atual remanejada e mais uma futura) para interligação na subestação de Macapá 230 kV.

Linhas de transmissão em 230 kV, em circuito simples, com extensão de aproximadamente 93 km, interligando a Subestação Associada à Usina à Subestação da Rede Base de Macapá 230 kV, no estado do Amapá.

Os principais itens do plano de investimento da Emissora são os seguintes: fornecimento de turbina e gerador, obras civis, equipamentos hidromecânicos, equipamentos auxiliares elétricos/mecânicos e linha de transmissão.

Os diretores estimam que os valores já gastos e a serem dispendidos com investimento somam, aproximadamente, R\$ 1,4 bilhão.

A Companhia não possui em curso, nesta data, nem tem previsto, qualquer alienação de investimento.

b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Emissor

Todos os investimentos que já foram divulgados pela Companhia já estão descritos no item 10.10 (a) acima.

c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo Emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo Emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia tem por objeto exclusivo (i) construir, operar e explorar do potencial de energia hidráulica da UHE Ferreira Gomes, bem como das respectivas instalações de transmissão; e (ii) comercializar ou utilizar a energia elétrica por ela produzida, não havendo novos produtos e serviços desenvolvidos ou em desenvolvimento pela Companhia.

10.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados nos demais itens dessa sessão

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas ao longo desta Seção 10.

ANEXO II

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
ITEM 13.2 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/2009
(item obrigatório às companhias classificadas na categoria B)

13.2. Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2013/2012 e 2011 e a prevista para o exercício social corrente para o Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2011 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	4	2
c. Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	468.162,43	957.796,60
Benefício direto e indireto	3.709,80	95.714,72
d. Remuneração variável		
Bônus	-	177.412,90
Participação de resultados	-	-

Participação em reuniões	-	-
Comissões	-	-
Outros	-	-
e. Outros benefícios/remunerações	-	-
Pós-emprego	-	-
Cessação do cargo	-	-
Baseada em ações	-	-
Total geral	471.872,23	1.230.924,22

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2012 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	4	3
c. Remuneração fixa anual: Salário ou pró-labore	49.771,01	759.265,04
Benefício direto e indireto	12.654,48	67.348,64
d. Remuneração variável		
Bônus	-	111.870,00
Participação de resultados	-	-
Participação em reuniões	-	-
Comissões	-	-
Outros	-	-
e. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego	-	-
Cessação do cargo	-	-
Baseada em ações	-	-

Total geral	62.425,49	938.483,68
-------------	-----------	------------

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2013 (R\$ mil)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
a. Nº de membros	3	3
Remuneração fixa anual: Salário ou pró-labore		
Benefício direto e indireto		652.519,77
		60.358,78
b. Remuneração variável		
Bônus		
Participação de resultados		407.979,87
Participação em reuniões		
Comissões		106.899,95

Outros		
c. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego		10.370,83
Cessação do cargo		
Baseada em ações		
Total geral		1.238.129,20

Remuneração prevista para o exercício de 2014 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	3	3
c. Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore		R\$ 698.472,62
Benefício direto e indireto		72.793,25
Outros (encargos sociais sobre remuneração)		R\$ 195.572,33

d. Remuneração variável		
Bônus		R\$ 47.607,94
Participação de resultados		R\$282.014,58
Participação em reuniões		
Comissões		
Outros (encargos sociais sobre Bônus)		R\$ 13.330,22
e. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego		R\$ 40.046,95
Cessação do cargo		
Baseada em ações		
Total geral		R\$ 1.349.837,89

